

Políticas Públicas voltadas à Formação de Professores para a Educação das Relações Étnico-Raciais - O que dizem as pesquisas do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia-IBICT

Danielle Silva Da Rocha Correia

Ana De Fatima Pereira De Sousa Abranches

Introdução

O desenvolvimento de pesquisas acerca dos saberes étnico-raciais, seja no campo das políticas, da educação, da história, da cultura, da religião, entre outros aspetos, configura-se como um desafio acadêmico, mas também um desafio político e social, pois por muito tempo as pesquisas científicas foram atravessadas por discursos coloniais, silenciando as questões voltadas para essa temática e contribuindo para as desigualdades. Num período como o que vivemos atualmente, em que as estruturas governamentais deixam de investir em ações afirmativas para a sociedade brasileira¹ e sua educação, produzir conhecimentos sobre as relações étnico-raciais é não somente comprometer-se com uma causa histórica e sociológica, mas é também defender princípios de alteridade, fazendo valer o direito de todos ao conhecimento.

Este trabalho procura apresentar os resultados de pesquisas de pós-graduação realizadas no período de 2013 a 2018. Buscamos reunir alguns estudos que investigaram sobre as Políticas Públicas de Formação de Professores para a Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER). Para isso, utilizamos o banco de dados da Biblioteca Digital

¹ Em 2016, após o processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff, que caracterizou-se como um golpe de Estado democrático de direito (conforme análise do Tribunal Internacional de Direitos Humanos), é publicada em maio, no Diário Oficial da União, a Medida Provisória nº 726, que estabelece a nova organização da Presidência da República e dos Ministérios que compõem o governo federal. O documento informa a extinção do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos, cujas competências foram transferidas para o recém-criado Ministério da Justiça e Cidadania.

O Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, criado em outubro de 2015, através de medida provisória nº 696 enviada ao Senado, unia a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), a Secretaria de Direitos Humanos, e a Secretaria de Políticas para as Mulheres. Antes de ser incorporada pelo Ministério acima citado, a SEPPIR foi um órgão do Poder Executivo do Brasil, instituído pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 21 de março de 2003, com o objetivo de promover a igualdade e a proteção de grupos raciais e étnicos afetados por discriminação e demais formas de intolerância, com ênfase na população negra.

Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) do IBICT (Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia).

Desenvolvimento

A efetivação das relações étnico-raciais no campo das políticas educacionais deve combater todo e qualquer ato discriminatório e desigual presente no discurso de cada indivíduo. Em janeiro de 2018, a Lei 10.639/03, que obriga os estabelecimentos de ensino a inserir a História e Cultura Afro-Brasileira no currículo escolar, completou 15 anos de sua implantação; Em março de 2018, completam-se dez anos da promulgação da Lei 11.645/08 (que altera a Lei 10.639/03 e acrescenta também a obrigatoriedade da temática Indígena no currículo escolar). Durante esse período, foram desenvolvidas várias políticas de ação afirmativa que interferiram positivamente para as relações étnico-raciais, sobretudo no campo da educação. As cotas raciais, as Diretrizes Curriculares, o Plano Nacional da Educação, assim como os Planos Estaduais e Municipais, representam um importante passo nas políticas de ações afirmativas e de reparação da educação básica. Entretanto, percebemos que ainda há muito trabalho para que práticas pedagógicas antirracistas sejam realizadas efetivamente nos espaços educacionais, e, para isso, destacamos a importância do processo de formação de professores, que possibilite desconstruir os processos de pedagogização do mito da democracia racial nas escolas (Munanga, 2005), comprometendo-se com a promoção de uma educação baseada na diversidade étnico-racial.

Desejando reconhecer as contribuições das pesquisas recentes na constituição de propostas na nossa área de interesse, procuramos em nosso trabalho, compreender o entrelaçamento do debate sobre Políticas Públicas de Formação de Professores para as ERER.

Como já citado, a pesquisa se deu através dos trabalhos científicos (teses e dissertações) disponíveis na BDTD do IBICT, através do site <http://bdtd.ibict.br/vufind/>, tendo como filtro de busca os trabalhos publicados entre os anos de 2013 a 2018. Esse recorte temporal foi pensado em circunstância do ano de 2013 configurar-se num período de muita discussão sobre a Lei 10.639, pelo fato da mesma estar completando dez anos de vigência.

Inserimos inicialmente as palavras “Políticas Educacionais” na ferramenta de pesquisa, e foram localizados 93 trabalhos que se relacionavam diretamente com as palavras. Isso nos indica que Políticas Educacionais é um tema presente nas pesquisas desse Banco de dados, porém, a maioria dos trabalhos contempla programas federais, tais como o PROUNI (Programa Universidade para Todos), o PNAIC (Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa), entre outros. Apenas 06 trabalhos estão diretamente relacionados com as questões étnico-raciais. Inserimos também as palavras “Formação Continuada de Professores”, e o dispositivo indicou um total de 362 trabalhos que se relacionavam diretamente com o tema, sobre vários aspectos. Encontramos pesquisas relacionadas às questões de inclusão, música, educação infantil, entre outros. Todavia, pesquisas que tratam da Formação Continuada dos Professores para as EREER foram apenas 11. Ainda nesse processo, foi inserida na ferramenta de pesquisa a palavra “Educação”. Foram encontrados 1.533 trabalhos que faziam referência à Educação, sobre diversos aspectos, como Educação no Campo, Educação enquanto Direito Humano, dentre outros. Porém, ao refinarmos a pesquisa com as palavras Educação das Relações Étnico-Raciais, surgiram 09 trabalhos.

Sendo assim, para compreender melhor o nosso centro de interesse, e para afunilar os resultados, inserimos as palavras Políticas Educacionais, Formação Continuada de Professores, e Educação para as Relações Étnico-raciais, no campo de conhecimento educação, no refinamento avançado de pesquisa dentro do banco de teses. Dentro deste recorte, foram indicados 05 trabalhos, sendo (3) do ano de 2013; (1) de 2014 e (1) de 2016. A fim de aprofundar os resultados, buscarei discorrer brevemente sobre os referidos trabalhos:

Na dissertação “Articulação entre questões étnicas e raciais e a educação de pessoas jovens e adultas em propostas pedagógicas difundidas pelo site do Ministério da Educação” (2013), disponível em <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/2692>, a autora Rosimara S. Correia (UFSCar) dedicou-se a identificar e analisar os elementos para a EREER presentes nas propostas pedagógicas para a Educação de Jovens e Adultos (EJA), difundidas pela Secretaria de Educação e pelo site do Ministério da Educação; e identificar os elementos relacionados à EREER presentes na proposta pedagógica do livro “Orientações e ações para a Educação da Relações Étnico raciais”, publicada no site do

Ministério da Educação, sobre educação de Jovens e Adultos. Os resultados apontaram que a temática étnica e racial é abordada de forma transversal com ênfase nas áreas de Estudos da Sociedade e História, e que na EREER proposta pelo Ministério da Educação, a EJA ocupa um dos papéis de menor destaque no que se relaciona à sugestão de atividades para a efetivação da lei 10.639/03, concluindo, portanto, que não há diálogo entre esses dois eixos.

Na dissertação “A dinâmica do Conselho Nacional da Juventude-CONJUVE e o campo das políticas públicas educacionais” (2013), disponível em <http://repositorio.unb.br/handle/10482/15728>, Beronicy Paula de M. Farias (UnB) se propôs a analisar a dinâmica do Conjuve (Conselho Nacional da Juventude), com o objetivo de compreender como as políticas educacionais se apresentam, e, como são negociadas pelos diferentes grupos temáticos que compõem esse Conselho. A autora finaliza argumentando que as Políticas Públicas se apresentam em meio a outras demandas e não como foco dos conselheiros, não obstante a centralidade que a educação deveria ter, e destaca a urgência da formulação políticas educacionais para a juventude que contemplem a transversalidade de gênero, raça e classe, com vista a abalar o quadro de desigualdades e exclusões que envolvem a juventude brasileira.

Também de 2013, a tese “Formação continuada de professores no estado do Maranhão: do Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE) ao Plano de Ações Articuladas (PAR)”, disponível em <http://repositorio.unb.br/handle/10482/14530>, de Severino Vitor de Albuquerque (UnB) analisa o processo de formação continuada de professores, desenvolvido em três redes públicas municipais de ensino no estado do Maranhão, durante o período de implementação do PAR (2007 - 2011). A pesquisa conclui: que a elaboração do PAR no âmbito dos sistemas públicos de ensino não contemplou a participação da comunidade escolar na construção do diagnóstico de atendimento escolar e na elaboração do PAR dos municípios, contrariando importante princípio do Plano de Metas/PDE, que prevê a participação da comunidade escolar nesta etapa; Que o PAR ainda é desconhecido por gestores escolares e professores; E que a formulação das ações de formação continuada não levou em conta as demandas apresentadas pelo espaço / tempo da escola e da sala de aula, sua cultura e seus saberes, dificultando assim, a participação dos docentes na elaboração das pautas e na escolha de

suas prioridades. O autor ainda encerra sua tese apresentando proposições, quanto ao caminho pelo qual podem ser conduzidas políticas públicas de gestão escolar e de formação continuada que, ao imprimirem o sentido de qualidade na educação, levem em conta o espaço / tempo em que sujeitos concretos realizam suas práticas.

Na tese “Diálogos e tensões: o olhar de professoras negras e brancas sobre a constituição da identidade negra no contexto escolar” (2014), disponível em <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/2341>, Francisca de L. Constantino (UFSCar) buscou compreender, a partir do diálogo entre professoras negras e brancas quais conhecimentos podem ser identificados e criados sobre formas de fortalecimento da identidade das crianças negras nas escolas. A autora afirma que é possível o fortalecimento da identidade negra a partir da prática docente intencional, compromissada e pautada no conhecimento, e conclui que para romper os silêncios sobre a negritude, é preciso inserir a História, a Cultura e a ancestralidade Negra no espaço escolar, assim como que se faz necessário que as práticas de afirmação da identidade negra auxiliem a romper estereótipos postos na sociedade. A autora aponta ainda a importância dos cursos de formação de professores no âmbito do debate da valorização da diversidade, e finaliza destacando que ainda há muito que ser superado quando se pensa em igualdade de diferenças frente ao racismo brasileiro.

Bruna R. Ferraz (UnB), em sua dissertação sobre a “EJA e educação para as relações étnico-raciais: uma proposta de pesquisa-ação em uma escola do Guará/Distrito Federal” (2016), disponível em <http://repositorio.unb.br/handle/10482/22920>, objetivou compreender como são produzidos e reproduzidos os discursos de raça e racismo no espaço cotidiano de uma escola de educação de jovens e adultos (EJA) do Guará, situada no Distrito Federal, identificando discursos e representações sobre o negro e realizando proposta interventiva com as demandas da realidade para o problema do racismo na EJA. A pesquisadora conclui considerando os efeitos negativos que um contexto social e cultural racista produz e reproduz na constituição identitária dos sujeitos, e defende que através do exercício das oficinas interventivas realizadas durante a pesquisa de campo, o referido estudo apresenta discretos avanços nas práticas

discursivas que passam a dar maior visibilidade frente às questões étnico-raciais, assim como o reconhecimento da importância dos estudos da temática na EJA.

A ausência de diálogos entre a EJA e a EREER proposta pelo Ministério da Educação; a urgência da formulação políticas educacionais para a juventude que contemplem a transversalidade de gênero, raça e classe; a não consideração dos saberes e prioridades docentes na elaboração das pautas das ações de formação continuada; a carência de inserir a História, a Cultura e a ancestralidade Negra no espaço escolar para que os silêncios sobre a negritude sejam rompidos; e a necessidade de viabilizar práticas pedagógicas que abordem as questões étnicas e raciais são resultados que nos indicam que mesmo acontecendo alguns debates sobre as discussões sobre as políticas de formação para a educação para as relações étnico-raciais, essa temática está longe de destacar-se no cerne do contexto educacional, e ainda constitui-se como tema silenciado no que diz respeito às agendas governamentais, às políticas públicas e à educação, sobretudo nos últimos anos, assim como nesse banco de dados, e na margem da produção do conhecimento acadêmico. Para superar essa lacuna faz-se necessária uma prática acadêmica e política que denuncie a geopolítica hegemônica monocultural e monorracial do conhecimento e proponha a criação e construção de novas condições sociais, políticas, culturais e de pensamento. (Walsh, apud Candau-2010).

Conclusões

Entendemos que as políticas de formação para a educação para as relações étnico-raciais, se constituem um direito social a ser cada vez mais presente nas produções científicas. Garantir seu debate e inclusão nas pesquisas torna-se desafiador, daí a importância de situá-las na perspectiva de transformação estrutural e sócio histórica do campo educacional e científico. Em tempos de fragilidades de direitos sociais, como o que vivemos atualmente, faz-se necessário o desenvolvimento de políticas públicas educacionais que avancem no campo das ações afirmativas, assim como urge a necessidade de que o debate acadêmico denuncie a ausência dessas políticas, e destaque a importância social do conhecimento histórico, superando assim a visão eurocêntrica que instituiu determinado modelo de identidade nacional.

Referências

CANDAU, Vera Maria Ferrão; OLIVEIRA, Luiz Fernandes de. **Pedagogia Decolonial e Educação Antirracista e Intercultural no Brasil**. Educação em Revista, Belo Horizonte, v.26, nº01; p.15-40; Abril, 2010.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. **As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em educação**. Diálogo Educ., Curitiba, v. 6, n.19, p.37-50, set./dez, 2006. Disponível em: <http://www.redalyc.org/html/1891/189116275004/>. Acesso em 01 de agosto de 2018.

MUNANGA, Kabengele. **Superando o racismo na escola**. Brasília: Ministério da Educação, Secad, 2005.

THUSWOHL, Maurício. **Impeachment de Dilma é golpe de Estado, decide Tribunal Internacional**. Rede Brasil Atual. Julho, 2016. Disponível em <https://www.redebrasilatual.com.br/politica/2016/07/impeachment-de-dilma-e-golpe-de-estado-decide-tribunal-internacional-2792.html>. Acesso em 16 de Setembro de 2018.